

NOTAS SOBRE EXPERIÊNCIA EM THOMPSON, BENJAMIN E ADORNO²

Resumo

O objetivo deste texto é discutir a noção de experiência em três autores da tradição crítica a partir da exposição daquela noção em Thompson, Benjamin e Adorno. Parte-se da hipótese segundo a qual a experiência serve como ponto de crítica das relações de classe, da narrativa e sociedade administrada. Para isso recuperamos o caráter histórico, corporal, narrativo e político da experiência. Nos três autores que tomamos para discutir, tal noção é possível, mesmo considerando suas particularidades teóricas. As similitudes residem precisamente na forma como a experiência fundamenta e permite realizar o diagnóstico da sociedade existente, sublinhando os elementos alienadores e as possibilidades de sua superação, e, ademais, na construção de um pensamento crítico ou uma reflexão que vislumbre na práxis social cotidiana as possibilidades de emancipação.

Palavras-chaves: Teoria sociológica. Experiência. Emancipação.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é tentar, com a ajuda da teoria sociológica e da história crítica, recuperar a noção de experiência, como categoria analítica fundamental para o entendimento dos complexos fenômenos vigentes no mundo contemporâneo. Para tanto, pretendemos passar em revista três concepções diferenciadas sobre o assunto, mostrando suas articulações recíprocas. Ressaltamos, desde já, que compreendemos esta noção como uma categoria de mediação entre de um lado, a teoria mais abstrata e, do outro lado, os dados empíricos, os fenômenos do real, tal como expresso nas teorizações de Adorno e Thompson. Isto nos parece ser essencial, pois pode permitir a construção de teorizações e investigações que não venham a reificar os fenômenos estudados, bem como os sujeitos sociais produtores de tais fenômenos.

1 Professor do Departamento de Sociologia (FFCH/UFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Pesquisador do Centro de Recursos Humanos (CRH/UFBA). E-mail: jabs222@gmail.com

2 Uma versão desenvolvida deste texto foi publicada em Silva (2009).

Como será mostrado abaixo, pretendemos acentuar o caráter histórico, corporal, narrativo e político da experiência. São dois os motivos que nos conduzirá a isto. Primeiro, objetiva-se resgatar a noção associada a uma prática concreta do sujeito, isto é, como um fazer, um agir, que se processa em contextos determinados, ou seja, desejamos destacar que a experiência é tributária de uma herança histórica, ela não ocorre nem num vazio, muito menos está desconectada da história e, mais importante, das trajetórias individuais de cada sujeito social. A experiência deixa, quase sempre, sua marca, não somente, nos traços sociais e culturais mais amplos, mas, atinge também de forma aguda a subjetividade e o corpo dos sujeitos nela envolvidos. Mas, seria um equívoco conceber a experiência apenas como um fluxo inexorável de práticas que moldariam as formas de agir, pensar e sentir destes sujeitos. Se, por um lado, ela molda de forma determinada o espaço social onde e quando cada ser social vai experimentando as dores e delícias da vida social; por outro lado, a experiência vai também sofrendo modificações, às vezes insignificantes, que alteram de forma profunda as formas de percepção formalizadas durante anos. Contudo, esta noção também não deve ser vista pelo seu caráter imediato, instantâneo, pois significaria conceber o espaço de ação do sujeito como sumamente limitado as circunstâncias imediatas, isto nos conduziria não só para uma concepção instrumental de ação, bem como deixaria o sujeito preso a realizações de desejos, interesses, fantasias etc., tomadas e orientadas circunstancialmente. Alertamos desde já que o entendimento de tal noção como se expressa na literatura funcionalista e fenomenológica³ não será objeto de análise, visto que, se afastaria do objetivo deste trabalho, além de exigir a abordagem de um leque muito amplo de questões. Ressaltamos ainda que este texto é versão resumida do debate teórico que desenvolvemos em outro lugar. (SILVA, 2009)

Para o objetivo que nos propusemos, vamos analisar como esta noção está presente em alguns textos de três importantes pensadores da tradição marxista. Pensadores estes que, não obstante serem da mesma linhagem teórica possuem singularidades que os diferencia um do outro. No entanto, sobre a noção de experiência, entendemos que eles possuem similitudes muito acentuadas, esta afirmação já se constitui numa primeira hipótese de trabalho. Outras serão arroladas ao longo do texto. Pois então, vejamos.

3 Nos referimos particularmente ao livro *Fenomenologia da percepção*, de M. Merleau-Ponty.

THOMPSON E A EXPERIÊNCIA ESQUECIDA

Em seu famoso ensaio *Miséria da teoria*,⁴ o historiador inglês polemizando com o filósofo francês Louis Althusser, busca acentuar como o pensamento estruturalista, na medida que destaca o caráter coercitivo sobre o sujeito, retira deste mesmo sujeito a capacidade de escrever e inscrever seu nome na história, não só na história social mais ampla, mas também a possibilidade de ser senhor de sua própria história. Não é por acaso que Althusser acusará a história de empirismo,⁵ ressaltando que uma teoria da história só é possível se tomar como pressuposto não a experiência, o fazer, as formas de percepção, que constitui a dinâmica histórica em suas mais diversas formas, mas a teoria mesma, ou seja, retira do sujeito concreto, resultado de ações e transformações que só podem ser inteligíveis no contexto histórico, para glorificar, tão somente, a construção do conceito.

Ora, se retira da teoria da história a experiência, a conclusão que se chega é de um conhecimento que se pretende totalitário, pois abarcaria desde o mundo das ideias até o fato histórico singular, pois, como se pode ver, o caráter idealista de tal projeto fica evidente como busca acentuar Thompson: “[...] a experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso de demonstração convocará sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio.” (THOMPSON, 1981, p. 17) O determinante aqui é um fato aparentemente banal, porém decisivo, a experiência se constitui em algo que se impõe a reflexão, isto não implica que o pensamento é um mero depósito das contradições que se expressam no real. Não se trata disso. Trata-se, de questionar a formulação althusseriana de prevalência da teoria no processo de entendimento do real e na constituição de um pensamento que seja capaz de explicá-lo. Na abordagem do filósofo francês, a teoria da história aparece – conclusões que encontram abrigo também nas reflexões de Popper,⁶ – segundo

4 Há que se observar o tom ríspido, contundente e, muitas vezes, agressivo e debochado presente no texto. Mas, esse parece ser um estilo cultivado pelo próprio Thompson, pois em outra polêmica ele se posiciona da seguinte forma: “A teoria não pode ser desenvolvida ou testada sem crítica, e crítica deve incluir a identificação direta, e de modo polêmico, das posições alternativas. Para quem tem respeito pelas ideias, é difícil escrever sobre um erro (ou o que se considera um erro) sem adotar um tom mais ríspido.” (THOMPSON, 1998, p. 108)

5 De acordo com Thompson, Althusser simplifica o empirismo, na medida em que confunde, no trabalho de investigação histórica, o emprego de técnicas, métodos e procedimentos de pesquisa com a natureza ideológica do empirismo.

6 Aqui Thompson polemizando com Popper, sobretudo, a partir de entendimento deste das fontes históricas, acentua que os fatos, evidências históricas não se restringem ao que os sujeitos decidiram documentar como interessante à posteridade, pois não basta a intencionalidade dos sujeitos para que determinada evidência seja tomada como expressão de sua imagem às gerações posteriores, visto que,

Thompson, como subproduto da teoria geral. Na medida que opera com tal distinção entre o pensamento, de um lado, e as formas de produção da vida material, por outro, o estruturalismo althusseriano, realiza um descolamento entre a produção e reprodução do ser social e o pensamento, em outras palavras, ocorre uma desarticulação entre o ser social e a consciência. Assim, em *Miséria da teoria*, conclui o historiador inglês que as formulações de Althusser informadas por um determinismo econômico, chega a um idealismo teórico cego, pois as construções teóricas servem apenas para sua autolegitimação, autoelaboração e autopropetuação.

Portanto, para Thompson, o conceito de estrutura e experiência no pensamento de Althusser está, desde então, totalmente comprometido. A noção de estrutura, seguindo a exposição do autor, está fora da história. Se estiver fora da história deve estar em algum lugar, este lócus da estrutura é o pensamento, pois, o conhecimento da história, sua estrutura, seu processo, as práticas dos sujeitos sociais não poderá ser obtido do concreto real. Assim, a concepção de estrutura não está interessada nos sujeitos sociais, suas práticas, comportamentos, representações, lutas etc., ou seja, nas suas experiências. Está interessada, isto sim, na confirmação que a teoria elaborou previamente sobre o conceito puro. Aqui é possível aduzir uma semelhança entre os teóricos que discutiremos em seguida, pois tanto em Adorno quanto em Thompson e Benjamin, a noção de experiência é ressaltada para questionar as formulações que concebem o processo social como algo cego e inexorável retirando, portanto, a capacidade de ação e transformação dos sujeitos sociais de construir sua própria história. Adorno vai, por outras vias, chegar às mesmas conclusões na sua polêmica com o positivismo, este “[...] elimina na intenção o sujeito que experimenta. O correlato da experiência frente o objeto é a eliminação do sujeito [...]”⁷ (ADORNO, 1975, p. 257)

Assim, perguntas do tipo: qual a natureza da estrutura? Quem são os sujeitos, as classes sociais, que as mantém ou lutam para modificá-la? Como os sujeitos sociais, as classes constituem as estruturas? Qual seu grau de liberdade relativa para modificá-la, transformá-la? Tais questões não têm sentido, segundo Thompson, nas construções teóricas desenvolvidas pelo estruturalismo althusseriano. O pensamento de Althusser, de acordo com Thompson, seria a expressão teórica das práticas, visões e concepções de mundo criadas pelo esta-

a evidência histórica sobrevive por motivos bem diferentes das intenções dos sujeitos. E mais ainda, as evidências podem revelar comportamentos, práticas, lutas etc., que os sujeitos não tinham em mente quando registraram, materializaram suas experiências.

7 Esta passagem será motivo de análise mais detida quando estivermos discutindo a noção de experiência em Adorno.

linismo. Não entraremos neste debate, o que nos afastaria demasiadamente do nosso interesse. Passemos a formulação thompsoniana de experiência.

No seu ensaio, Thompson (1981, p. 15) afirma que a noção de experiência é fundamental para o historiador: a

[...] experiência – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.

Para o autor, a noção de experiência é um termo de correspondência, na medida em que faz a ponte entre o rigor teórico (prática teórica) e o material empírico, pois o objetivo com o relevo sobre tal noção é fazer homens e mulheres atuarem como sujeitos em situações determinadas, visto que

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182, grifos nossos)

O relevo analítico é claro, a finalidade é compreender a estrutura como resultado das experiências dos sujeitos e pensar as situações determinadas como produtos das experiências vividas e, posteriormente, tratadas na consciência e na cultura. No entanto, Thompson destaca que a experiência sentida e/ou vivida foi estruturada em termos de classe,⁸ isto não implica que a estrutura determina sua natureza, seu sentido, seu conteúdo, pois “[...] as maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer *agora*, *manipula* a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita de determinação.” (THOMPSON, 1981, p. 189, grifos nossos)

Dito isto, é possível aqui apresentar de modo objetivo e breve uma restrição à compreensão do historiador inglês acerca da noção de experiência. Não estamos convencidos de que a noção se constitua apenas numa eficiente forma

⁸ Quando a experiência está estruturada em termos de contradições de classe, os valores que também fazem parte deste processo, não se autonomizam da ideologia. Vale dizer, que a experiência expressa valores, concepções e visões de mundo da ideologia do mundo social onde ela se realiza. No entanto, mesmo que haja imposição de valores existem contradições com determinados valores.

de resposta que os sujeitos utilizam, seja no aspecto emocional, seja no aspecto mental. Se assim a concebemos, expressa na verdade um entendimento do comportamento como essencialmente reativo, pois as atitudes, práticas, comportamentos, mesmo que sejam nesta concepção resultado de transformações individuais, as suas dinâmicas, seu processo de realização é impulsionado externamente. Portanto, seria mais plausível em nossa concepção, ressaltar que até mesmo esta resposta só poderá ser inteligível se temos em mente que sua dinâmica também é resultado das atitudes, práticas e, o mais importante, escolhas dos sujeitos sociais em condições determinadas.

Assim, na aceção de Thompson é possível destacar os experimentos que os sujeitos sociais são capazes de construir, pois isto significa realçar, outra noção cujo tratamento foi, muitas vezes, negligenciado por certas tradições no interior do marxismo: referimo-nos à noção de liberdade, sendo seu traço mais marcante, a possibilidade de emancipação humana expressa através da libertação do reino da necessidade e o ingresso no reino da liberdade. Isto implica mudanças não só ao nível da estrutura, mas requer mudanças na percepção dos sujeitos, bem como da construção de uma outra esfera cultural que tenha na construção de uma consciência emancipada seu horizonte histórico visível.

WALTER BENJAMIN E A EXPERIÊNCIA DO NARRADOR

Os escritos de Benjamin sobre experiência nos interessam pelos desdobramentos que esta noção apresenta em várias outras expressões da vida social, como a literatura, particularmente. Ele mostra como a noção pode ser utilizada, enriquecendo com isto seu conteúdo. Benjamin inicia ressaltando que por mais que seja conhecido o narrador, ele não está *presente entre nós*. Deste modo, o narrador “[...] é algo distante, e que [se] distancia ainda mais [...].” (BENJAMIN, 1994a, p. 197) Isto ocorre devido ao fato de que uma determinada experiência cotidiana para ser relatada acaba impondo a exigência da distância do narrador, bem como uma posição particular para observar suas grandezas e fragilidades. A experiência é sentida a partir do fato de que a arte de narrar está em processo de desaparecimento, pois, segundo o autor, está cada vez mais difícil encontrar uma pessoa que saiba narrar corretamente. Na realidade, parece que os homens estão destituídos de uma qualidade, um atributo que parecia estar consolidado e que não poderia ser retirado, extirpado, de homens e mulheres: a qualidade, faculdade de comunicar, intercambiar suas experiências. (BENJAMIN, 1994a, p. 198)

De acordo com Benjamin (1994a), o valor social das experiências está cada vez mais em baixa. Isto se deve não só as metamorfoses do mundo exterior, mas igualmente devido as agudas transformações no mundo ético. A experiência da 1ª Guerra Mundial é o marco histórico de como os homens retornavam dela pobres de “experiência comunicável”. Pois, nas palavras do próprio autor: “Por que nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheira, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes.”⁹ (BENJAMIN, 1994a, p. 198)

Como se sabe a experiência que se transmite de pessoa a pessoa é a fonte onde se alimenta os narradores, sobretudo, ela é comunicada aos mais jovens: “[...] sabia-se exatamente o significado da experiência: ela sempre fora comunicada aos mais jovens.” (BENJAMIN, 1994b, p. 115) Mas isto nada diz a respeito da natureza e da qualidade dos narradores e, principalmente, das narrativas. Benjamin diz que as melhores narrativas, entre as escritas, são aquelas que mais se assemelham as *histórias orais* relatadas pelos diversos *narradores anônimos*. Para o autor haveria dois tipos de narradores: o camponês sedentário que se nutre das experiências, narrativas e histórias do seu país e o marinheiro comerciante baseado, sobretudo na crença: segundo a qual “quem viaja tem muito o que contar”. No entanto, vai dizer Benjamin: se o camponês sedentário e marinheiro comerciante se constituem nos “[...] primeiros mestres da arte de narrar, foram os artífices que a aperfeiçoaram [...].” (BENJAMIN, 1994a, p. 199)

O pressuposto é que o senso prático é uma das características de inúmeros narradores. Isto pode desnudar o caráter essencial da narrativa, ela possuía, seja de forma implícita seja de forma explícita, um caráter utilitário que pode se expressar “[...] seja num ensino moral seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos [...].” (BENJAMIN, 1994a, p. 200) Mas, como alerta o autor, dar conselhos é algo fora de moda, porque, na realidade, “[...] as experiências estão deixando de ser comunicáveis [...].” Pois, aqui talvez esteja um achado interessante do autor: “[...] aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo contada.” (BENJAMIN, 1994a, p. 200)

Ora, a evolução mais ampla que culmina no surgimento do romance tem seu ponto mais alto na morte da narrativa. A distinção mais evidente entre romance e narrativa é que o primeiro está relacionado ao livro. O romance também

⁹ Em outro texto de 1933, *Experiência e pobreza*, o trecho acima citado é utilizado (p. 115), o que nos permite supor que o autor usa estas formulações no texto de 1936, que versa sobre a experiência do narrador.

se distancia de outras formas de prosa, tais como: contos de fadas, novelas, contos etc., pelo fato de que ele não tem origem nem na tradição oral muito menos a nutre. No romance, o narrador extrai da experiência o que ele conta: seja da sua própria experiência seja da experiência narrada por terceiros e “[...] incorpora as coisas narradas aos seus ouvintes. A origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos e nem sabe dá-los [...]” (BENJAMIN, 1994a, p. 201) Com a consolidação da sociedade burguesia, onde a imprensa se constitui em um dos instrumentos políticos mais relevantes, desenvolvendo-se, sobretudo, no capitalismo avançado, vai ganhando importância uma forma de comunicação que afeta a forma épica: estamos nos referindo à informação, esta é estranha tanto à narrativa quanto ao romance, sendo um elemento que provoca uma crise no próprio romance.

De acordo com Benjamin, a essência da informação estaria na valorização da experiência, do saber que estaria próximo não só local mas temporalmente, do que um saber que tivesse sido originado longe, pois “[...] o saber que vinha de longe – do longe espacial das terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição –, dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência [...]” (BENJAMIN, 1994a, p. 202-203) Assim, é possível afirmar, a partir de Benjamin, que a desvalorização da narrativa como forma de relatar, de comunicar a experiência encontra na difusão da informação um elemento decisivo.

Mas, por que a difusão da informação contribui para o declínio da narrativa? O motivo estaria no fato de que as informações já vêm “acompanhadas de explicações”, contrariamente, “[...] metade da arte de narrar está em evitar explicações [...]” (BENJAMIN, 1994a, p. 203) A informação, segundo o autor, é prisioneira do tempo, ou seja, a noção de tempo é fundamental para seu entendimento, daí a informação só ter valor quando é consumida como novidade, “[...] ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele [...]” (BENJAMIN, 1994a, p. 204) Estas palavras parecem supor que o imediato faz parte não só do momento da produção da informação, mas também de sua recepção, isto é, de seu consumo. As ideias de memória e tradição ficariam, portanto, comprometidas visto que o tempo necessário à sua formação é distinto do tempo vigente na sociedade.

Seguindo o percurso analítico de Benjamin, o que facilitaria a memorização da narrativa seria a concisão a que exige da “análise psicológica”. Pois, proporcionalmente quanto maior é a naturalidade com que o narrador se afasta das minudências, explicações psicológicas, sem maiores dificuldades a narrati-

va se agarrará à memória do ouvinte e de forma mais profunda “[...] se assimilará a sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia [...]” (BENJAMIN, 1994a, p. 204)

O autor acredita pelo fato de ter se desenvolvido principalmente entre os artesãos, a narrativa é “uma forma artesanal de comunicação”. Pois, seu objetivo não é expressar o “[...] ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório.” (BENJAMIN, 1994a, p. 205) A narrativa estaria interessada, então, na experiência seja ela vivida ou contada que o narrador transmite durante o relato, por isso, “[...] ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la [...]” (BENJAMIN, 1994a, p. 205) Na medida que a experiência é objeto da narração ela não é mais propriedade daquele ser individual que a sistematizou, mas é veículo de mediação da experiência do narrador e da experiência existencial do ouvinte. Deste modo, se compreende o fato do narrador marcar a narrativa com seus traços, sobretudo a experiência da morte.

Deste modo, Benjamin vai afirmar que é no momento da morte que a experiência vivida, o saber e a sabedoria do homem – substrato de que são produzidas as histórias –, adquirem “[...] pela primeira vez uma forma transmissível.” (BENJAMIN, 1994a, p. 207)

Para Benjamin (1994a, p. 209), seguindo seu roteiro analítico, o cronista é o narrador por excelência da história. Qual a diferença, então, entre o cronista e o historiador, visto que, o primeiro a narra e o segundo a escreve? Façamos falar o próprio autor: “[...] o historiador é obrigado a explicar de uma ou de outra maneira os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo [...]”, Contrariamente, para o cronista não há o dever da explicação. Qual o dever do narrador, ser fiel aos seus ouvintes?

Acompanhando os passos de Benjamin chegamos a impressionista relação entre narrador e ouvinte, segundo ele, esta relação está marcada pelo interesse em se preservar o que foi narrado, tendo como objetivo, ao lado do *ouvinte imparcial*, a possibilidade de assegurar a reprodução do conteúdo relatado. Aqui o peso argumentativo recai sobre a memória, pois ela “[...] é a mais épica de todas as faculdades[...].” (BENJAMIN, 1994a, p. 210) Pois, a lembrança, “[...] a reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração [...]” (BENJAMIN, 1994a, p. 211). Assim, o que se evidencia no romance é a memória perturbada e perturbadora do romancista, em oposição com a lacônica memória do narrador, pois,

[...] a primeira é consagrada a um herói, uma peregrinação, um combate, a segunda, a muitos fatos difusos. Em outras palavras, a rememoração do romance, surge do lado da memória, musa da narrativa, depois que a desagregação da poesia épica apagou a unidade de sua origem comum na reminiscência [...]. (BENJAMIN, 1994a, p. 211)

A esta diferença se acrescenta outra na relação narrador-ouvinte, a pessoa que escuta uma história está em companhia do narrador, mesmo quem está lendo uma narrativa compartilha desta presença. O leitor de romance, ao contrário, vivencia o que lhe é oferecido pelo romancista de forma solitária.

Benjamin defende uma polêmica tese de que o grande narrador é oriundo do povo, sobretudo, dos estratos artesanais, pois

[...] assim como essas camadas abrangem o estado camponês, marítimo e urbano, nos múltiplos estágios do seu desenvolvimento econômico e técnico, assim também se estratificou de múltiplas maneiras os conceitos em que o acervo de experiências dessas camadas se manifesta para nós. (BENJAMIN, 1994a, p. 213)

O grande narrador é, ainda, aquele que se movimenta de forma dinâmica e flexível no espectro de sua experiência, e a vivencia, sobretudo, como experiência coletiva. No entanto, mesmo que a experiência seja saboreada coletivamente ela está prejudicada pela nova forma de miséria ditada pelo desenvolvimento técnico, visto que, a miséria da experiência é parte integrante da miséria mais ampla que se expressa nitidamente

[...] aqui se revela, com toda clareza, que nossa pobreza de experiência é apenas uma parte da grande pobreza que recebeu novamente um rosto, nítido e preciso como o do mendigo medieval. Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita e sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda humanidade [...]. (BENJAMIN, 1994b, p. 115)

Isto não implica pensar, segundo Benjamin, que homens e mulheres, devido à pobreza de experiência desejam outras, novas, completamente diferentes. Ao contrário, “[...] eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram

a um mundo em que possam ostentar tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso [...]” (BENJAMIN, 1994b, p. 118) Talvez este desejo de se libertar de toda experiência, esteja associada ao contexto social, político, econômico e cultural, que baseado na troca de equivalentes, permita, de forma muito mais intensa, uma experiência reificada, negligenciando para um número cada vez maior de homens e mulheres experiências com algum sentido para suas vidas.

Ora, a comunicação da experiência tem na vivência da morte, sentidos social e culturalmente, um dos momentos mais oportunos para transmissão da experiência, mas é altamente questionável, que ela seja o momento genérico de tal processo. Tal acento é compreensível, no percurso analítico que realiza, visto que, ele reafirma que a morte sanciona tudo o que o narrador pode transmitir, pois, “[...] é da morte que o narrador deriva sua autoridade [...]” (BENJAMIN, 1994b, p. 208)

Como se pode ver a noção de experiência em Benjamin se expressa em algo particular, o declínio da narrativa. Não nos deteremos no caráter nostálgico que podemos extrair do texto, mas acentuar aquilo que nos interessa mais de perto. A pobreza da experiência está associada às mudanças na ordem social total, mas um tipo de mudança que no desenvolvimento técnico, se expressa através da reificação da experiência¹⁰ que se torna prejudicada. Ora, na medida em que os aparatos técnicos, os produtos, os objetos passam a fundamentar a relação de comunicação entre as pessoas, a experiência que se extrairá dessa relação será um produto decorrente do valor de troca desigual. No entanto, ao mesmo tempo que a experiência é prejudicada quando fundada no progresso¹¹ técnico, os sujeitos sociais podem através de uma nova experiência transformar, o que era impedimento no progresso técnico, em algo que seja libertador das diversas experiências no presente e no futuro.

ADORNO E A EXPERIÊNCIA NÃO COISIFICADA

Adorno em conhecido e importante artigo intitulado *Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã*, direciona sua crítica contra o positivismo, acentuando como a recusa da filosofia levada a cabo por esta corrente, implica no empobrecimento do pensamento. Destaca ainda na recusa positivis-

¹⁰ Esta ideia de experiência reificada também estará presente em Adorno.

¹¹ Não é possível nos limites deste artigo discutir a crítica de Benjamin à noção de progresso subjacente na concepção historicista e socialdemocrata alemã de história. (BENJAMIN, 2012)

ta do conceito de totalidade,¹² que este não pode ser concebido como um conceito empírico, como se aponta uma coisa e se diz: *olhe para isto*, em outras palavras, o conceito não é algo de identificável como os fatos que o origina, ela não é uma categoria empírica, mas, acima de tudo crítica. Neste sentido, ela não pode, segundo Adorno, se adequar ao critério de verificabilidade desejado por Popper, pois, a totalidade é, na realidade, a síntese das singulares relações entre os indivíduos. Os positivistas afirmam que a dialética não permite um conhecimento objetivo do mundo, pois, o conhecimento do objeto não pode seguir o princípio de contradição visto que, uma coisa, um objeto não pode afirmar e negar a si mesmo simultaneamente, o pressuposto é, como se sabe, o da lógica formal, que pretende afastar qualquer contradição das suas proposições.

A resposta de Adorno a esta questão é clara: nas ciências sociais o conhecimento é mediado pelo sujeito, este incide no tipo de objetividade a ser alcançada e, mais ainda, a ausência de contradição não é a última palavra do conhecimento. A crítica imanente significa o desdobramento das contradições da realidade através do conhecimento, isto é, ela não é uma crítica meramente lógica. Desta forma, a crítica imanente não se constitui através das categorias do próprio pensamento – o que implicaria a produção de uma crítica idealista. O pensamento crítico pretende se apropriar do objeto, esgotá-lo, expressar suas contradições. Neste sentido, avança sobre as contradições do próprio pensamento e da própria experiência social.

Segundo Adorno, o positivismo ao mesmo tempo que expulsa a experiência do mundo social, põe em seu lugar apenas os rudimentos de experiência, como sua única forma legítima. Se os positivistas valorizam a experiência regulamentada, eles acabam por operar a anulação da própria experiência, pois “[...] elimina na intenção o sujeito que experimenta. *O correlato da experiência frente ao objeto é a eliminação do sujeito*, sem cuja receptividade espontânea nada de objetivo se dá.” (ADORNO, 1975, p. 257, grifo nosso). Em outras palavras, o positivismo acaba realizando a glorificação de uma experiência reificada, à medida que ela é, tão somente, incorporada ao sujeito, sendo este mero suporte das estruturas exteriores, ou ainda, tal coisificação se processa na medida em que o mundo social estranhado em que se processa a experiência não é alvo de uma crítica imanente.

12 Assim define Adorno o conceito de totalidade: “Ora, é quase como tautológico que o conceito de totalidade não pode ser apontado de igual modo como aqueles *facts* dos quais se destacou como conceito. Para primeira aproximação, ainda em demasia abstrata, recorde-se a dependência de todos os singulares quanto à totalidade que constituem. Nesta também todos são dependentes de todos. O todo só se mantém graças à unidade das funções efetuadas por seus membros.” (ADORNO, 1975, p. 221-222)

Os positivistas reduzem todo o conhecimento à experiência sensível. Apesar da lógica e da ciência não procederem sem a imediatez, isso não implica que se possa construir um conhecimento isento de ideias de reflexões. (ADORNO, 1975, p. 248-249). Por esse pressuposto, a teoria do conhecimento dos positivistas não passa de uma reconstrução repetitiva, a partir de um sistema indutivo baseado na lógica. (ADORNO, 1975, p. 250)

Adorno afirma que os conceitos centrais para o positivismo são empirismo e experiência. Só que ele, o positivismo, se atém à experiência reificada. Sob o positivismo, o ideal de experiência aparece como único, mas, simultaneamente, a proíbe, em outros termos, ele nega seu próprio ideal. (ADORNO, 1975, p. 252)

A crítica imanente, ao contrário do positivismo, jamais será tão somente lógica, é simultaneamente de conteúdo, através do confronto entre conceito e coisa. Por ela é a crítica da forma e do conteúdo. (ADORNO, 1975)

Ademais, a crítica também não deve se limitar à verdade ou falsidade do objeto: “[...] ela efetua um transição [movimento] transparente em relação ao objeto [...]”, ou seja, independe da verdade ou falsidade do objeto. Por isso, a contradição dialética deve tornar as contradições do objeto visíveis. Verdade e sociedade, afirma Adorno, devem estar associadas. (ADORNO, 1975, p. 227-228)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se objetivou, inicialmente com este trabalho, expor como o conceito de experiência foi e é útil como categoria mediadora entre, de um lado a teoria mais abstrata e, do outro, o empírico. Além disso, ele se mostrou fértil também em outros campos, como na análise sobre o declínio da narrativa. No entanto, o que mais nos chamou a atenção nas três concepções de experiência passadas em revista, foi sua vigorosa rejeição de que os sujeitos e suas experiências são meros resultados das estruturas, meros títeres que afirmariam através do seu comportamento cotidiano, de suas práticas e no seu corpo, o que as estruturas sociais prescrevem para eles. Neste sentido, as formulações Thompson se encontram diretamente com as de Adorno e com as implícitas formulações de Benjamin. Deste modo, cada um a sua maneira, realizam uma crítica a um processo social cego e inexorável, que tem como consequência a aceitação de uma experiência social reificada, pois ao apontar seus limites é possível, seguindo as pistas de Marx, mostrar as possibilidades de sua emancipação.

OBSERVATIONS ABOUT EXPERIENCE IN THOMPSON, BENJAMIN E ADORNO

Abstract

The objective of this paper is to discuss the notion of experience in three authors of the critical tradition from the exposure that notion, Thompson, Benjamin and Adorno. It starts with the assumption that the experience serves as a point of criticism of class relations, narrative and administered society. For this assumption, we recover characters historical, body, narrative and political of experience. In the three authors, we take to discuss, such a notion is possible, even considering their theoretical particularities. Their similarities resides precisely in the way the experience is based and allows diagnose the existing society, highlighting the alienating elements and possibilities of overcoming them, and, moreover, the construction of critical thinking or reflection that glimpse into the everyday social practice possibilities of emancipation.

Key words: Sociological theory. Experience. Emancipation.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã. In: _____. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril cultural, 1975. p. 215-263. Tradução de Wolfgang Leo Maar. (Coleção Os pensadores, vol. XLVIII)
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994a. p. 197-221. (Textos Escolhidos, v. 1)
- _____. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994b, p. 114-119. (Textos Escolhidos, v.1).
- _____. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012. p. 241-252. (Obras Escolhidas, v. 1).
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SILVA, J. B. da. **A perversão da experiência no trabalho**: um estudo do PDV do Banco do Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros – uma crítica do pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 1998. (Coleção Textos Didáticos, n. 10, v. 1).